

# REGULATORY UPDATE

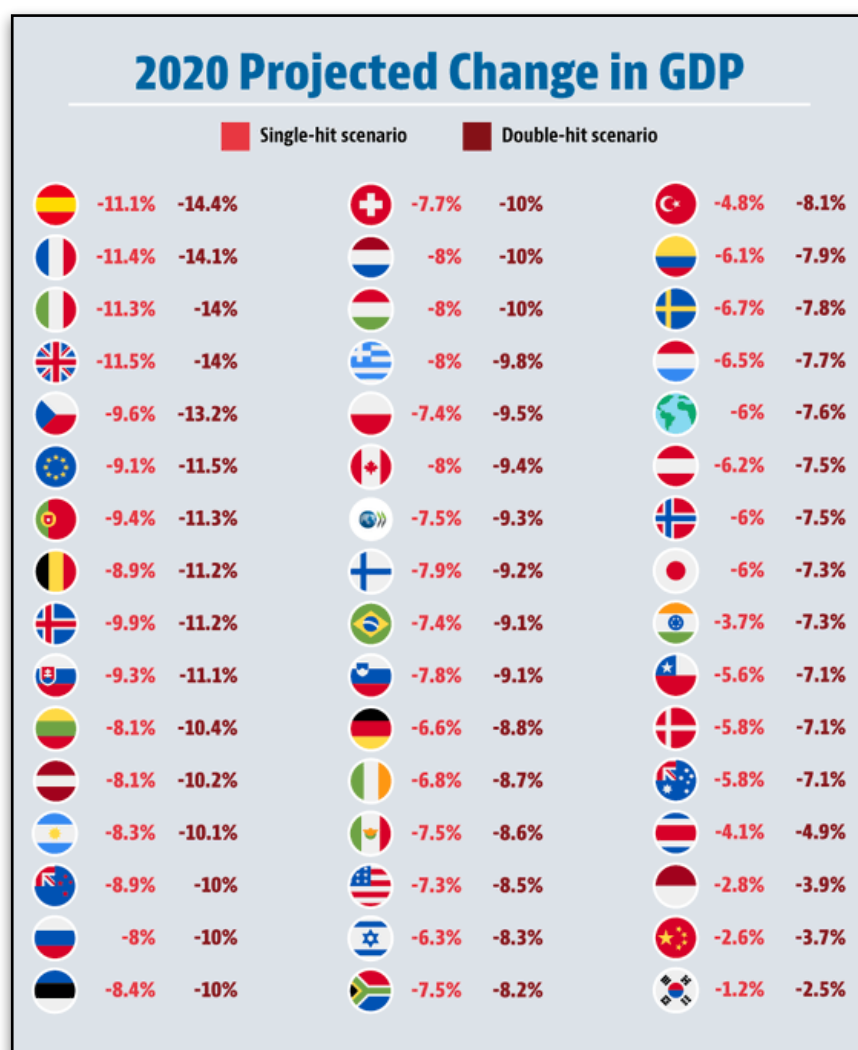
Julho 2020



A AEM publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o Julho imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

## LIVING WITH COVID-19: SCENARIOS FOR THE WORLD ECONOMY



### OECD Economic Outlook, June 2020

Global economic activity is predicted to fall by 6% in 2020 if a Second Wave is avoided.

However, in the case of a 2nd outbreak, it may drop to 7.6%.



## LEGISLAÇÃO NACIONAL REFERENTE À PANDEMIA GLOBAL CORONAVÍRUS (COVID-19)

### LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

#### **Lei n.º 29/2020, de 31 de Julho**

Medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas no quadro da resposta ao novo coronavírus SARS-CoV-2 e à doença COVID-19 - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de Julho**

Cria o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 37-A/2020, de 15 de Julho**

Altera o regime sancionatório aplicável ao incumprimento dos deveres estabelecidos por declaração da situação de alerta, contingência ou calamidade - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 37/2020, de 15 de Julho**

Estabelece medidas de apoio social no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social - [DOC](#)

#### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020, de 31 de Julho**

Declara a situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

#### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de Julho**

Estabelece medidas excecionais e temporárias para a organização do ano letivo 2020/2021, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

#### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020, de 14 de Julho**

Declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)

#### **Resolução da Assembleia da República n.º 56/2020, de 30 de Julho**

Constituição de uma Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social - [DOC](#)

#### **Resolução da Assembleia da República n.º 49/2020, de 27 de Julho**

Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março - [DOC](#)

#### **Resolução da Assembleia da República n.º 39/2020, de 14 de Julho**

Recomenda ao Governo o alargamento de apoio a editoriais e livrarias no contexto resultante das contingências criadas pela pandemia da COVID-19 - [DOC](#)

#### **Portaria n.º 178/2020, de 28 de Julho**

Estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social + - [DOC](#)

#### **Portaria n.º 171/2020, de 14 de Julho**

Aprova o regime excecional de incentivos à recuperação da atividade assistencial não realizada por força da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e pela doença COVID-19, nos termos previstos no Programa de Estabilização Económica e Social - [DOC](#)

#### **Portaria n.º 170-A/2020, de 13 de Julho**

Regulamenta o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, previsto no Decreto-lei n.º 27-B/2020, de 19 de junho - [DOC](#)

**Declaração de Retificação n.º 25-A/2020, de 15 de Julho**

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020, de 14 de julho, que declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 135, 2.º suplemento, de 14 de julho de 2020 - [DOC](#)

**Declaração de Retificação n.º 480-A/2020, de 1 de Julho**

Por ter sido publicado com inexatidão no Diário da República, 2.ª série, 4.º suplemento, n.º 125, de 30 de junho de 2020, o Despacho n.º 6756-C/2020, de 30 de junho, procede-se à sua retificação - [DOC](#)

**Despacho n.º 6948-A/2020, de 6 de Julho**

Determina a realização de controlo de temperatura e de testes à COVID-19 nos aeroportos - [DOC](#)

**Despacho n.º 6906-A/2020, de 3 de Julho**

Determina que, na Área Metropolitana de Lisboa, os estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços, bem como os que se encontrem em conjuntos comerciais, que estejam autorizados a funcionar vinte e quatro horas por dia mas que, nos termos do artigo 5.º do regime anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020, de 26 de junho, estejam obrigados a encerrar às 20 horas, podem reabrir às 6 horas, bem como os estabelecimentos de prestação de serviços de aluguer de veículos de passageiros ou de mercadorias sem condutor estão excetuados do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do regime anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020, de 26 de junho, podendo, sempre que o respetivo horário de funcionamento o permita, encerrar à 1 hora e reabrir às 6 horas - [DOC](#)

**Despacho n.º 6756-C/2020, de 30 de Junho**

Prorrogação das medidas restritivas do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal, com determinadas exceções - [DOC](#)

**Despacho n.º 6756-A/2020, de 30 de Junho**

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais - [DOC](#)

**Aviso n.º 10974/2020, de 29 de Julho**

Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 2.º semestre de 2020 - [DOC](#)

**Aviso n.º 10973/2020, de 29 de Julho**

Taxa de referência para o cálculo das bonificação (TRCB), a vigorar de 1 de julho a 31 de dezembro de 2020 - [DOC](#)

**Aviso n.º 10873/2020, de 27 de Julho**

Taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de agosto de 2020 - [DOC](#)

**Deliberação n.º 711-A/2020, de 1 de Julho**

Atualização das taxas de propriedade industrial - [DOC](#)

**Despacho n.º 296/2020-XXII, de 31/07, do SEAF** - Tolerância na entrega da declaração Modelo 22 (e respetivo pagamento) - [DOC](#)

**Despacho n.º 259/2020-XXII, de 16/07, do SEAF** - Prorrogação do prazo de entrada da IES/DA - [DOC](#)

**Despacho n.º 258/2020-XXII, de 16/07, do SEAF** - Adiamento do prazo do primeiro pagamento por conta em 2020 - [DOC](#)



## LEGISLAÇÃO NACIONAL

### LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

#### **Lei n.º 30/2020, de 31 de Julho**

Autoriza o Governo a legislar sobre o sistema de unidades de medida legais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de setembro, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1258, de 23 de julho de 2019 - [DOC](#)

#### **Lei n.º 27-A/2020, de 24 de Julho**

Procede à segunda alteração à lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento do Estado para 2020), e à alteração de diversos diplomas - [DOC](#)

#### **Lei n.º 27/2020, de 23 de Julho**

Aprova o regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, procede à quarta alteração ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado em anexo à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro - [DOC](#)

#### **Lei n.º 26/2020, de 21 de Julho**

Estabelece a obrigação de comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822 do Conselho, de 25 de maio de 2018, e revogando o Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro - [DOC](#)

#### **Lei n.º 25/2020, de 7 de Julho**

Adapta os regimes sancionatórios previstos nos regimes jurídicos aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de investimento e às sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos, alterando o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, o Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, o Regime Jurídico da Titularização de Créditos e o Código dos Valores Mobiliários - [DOC](#)

#### **Lei n.º 24/2020, de 6 de Julho**

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164 do Conselho, de 12 de julho, no que respeita às assimetrias híbridas - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 40/2020, de 17 de Julho**

Cria um programa de incentivos à fixação de trabalhadores do Estado no interior - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 39-B/2020, de 16 de Julho**

Autoriza o Governo a adquirir participações sociais, direitos económicos e prestações acessórias relativas à TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 38/2020, de 16 de Julho**

Cria o Fundo de Capital de Risco «Transmissão e Alienação» - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 35/2020, de 13 de Julho**

Altera a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição durante o trabalho a agentes cancerígenos ou mutagénicos, transpondo as Diretivas (UE) 2017/2398, 2019/130 e 2019/983 - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 33-A/2020, de 2 de Julho**

Procede à apropriação pública por via da nacionalização da participação social detida pela Winterfell 2 Limited na Efavec Power Solutions, SGPS, S. A. - [DOC](#)

#### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2020, de 31 de Julho**

Aprova a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023 - [DOC](#)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de Julho**

Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) - [DOC](#)

**Resolução da Assembleia da República n.º 58/2020, de 31 de Julho**

Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020 - [DOC](#)

**Resolução da Assembleia da República n.º 57/2020, de 31 de Julho**

Apreciação do Relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2019» - [DOC](#)

**Resolução da Assembleia da República n.º 53/2020, de 30 de Julho**

Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias ao reforço da informação, monitorização e caracterização da qualidade do ar e promova a revisão e modernização da rede de estações de monitorização da qualidade do ar - [DOC](#)

**Resolução da Assembleia da República n.º 38-A/2020, de 13 de Julho**

Eleição de dois juizes para o Tribunal Constitucional - [DOC](#)

**Declaração de Retificação n.º 519/2020, de 24 de Julho**

Retifica a Deliberação n.º 711-A/2020, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 126, suplemento, de 1 de julho de 2020 - [DOC](#)

**Portaria n.º 174/2020, de 17 de Julho**

Define a medida Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável, com o objetivo de incentivar a mobilidade geográfica no mercado de trabalho - [DOC](#)

**Portaria n.º 166/2020, de 8 de Julho**

Regulamenta o procedimento de atribuição do benefício previsto nos n.ºs 27 a 30 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) - [DOC](#)

**Portaria n.º 165/2020, de 7 de Julho**

Regula os termos de depósito e publicação das decisões arbitrais em matéria administrativa e tributária Regula os termos de depósito e publicação das decisões arbitrais em matéria administrativa e tributária - [DOC](#)

**Aviso n.º 10633/2020, de 17 de Julho**

Procedimento com vista a fixar o número de processos a designar de forma mais justa e equitativa - [DOC](#)

**Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2020, de 16 de Julho**

Alteração ao Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2016 - [DOC](#)

**Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de Julho**

Regula a cultura organizacional, governo interno, sistema de controlo interno e políticas e práticas remuneratórias das instituições destinatárias, procedendo à revisão e à revogação dos Avisos do Banco de Portugal n.º 5/2008 e n.º 10/2011, bem como à revogação da Instrução do Banco de Portugal n.º 20/2008. É complementado pela Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2020, que versa sobre os reportes a efetuar à autoridade de supervisão competente relativamente às matérias tratadas no Aviso - [DOC](#)

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

### DECRETOS DA ASSEMBLEIA

**Decreto da Assembleia 37/XIV, 23 de Julho**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 - [DOC](#)



## **Decreto da Assembleia 36/XIV, 16 de Julho**

Medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas - [DOC](#)

## **Decreto da Assembleia 33/XIV, 7 de Julho**

Aprova o regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, procede à quarta alteração ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado em anexo à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro - [DOC](#)

## **PROPOSTAS DE LEI**

### **Proposta de Lei 53/XIV, 28 de Julho**

Cria o processo extraordinário de viabilização de empresas - [DOC](#)

### **Proposta de Lei 52/XIV, 23 de Julho**

Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas - [DOC](#)

### **Proposta de Lei 51/XIV, 21 de Julho**

Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2018/957 - [DOC](#)

## **PROJETOS DE LEI**

### **Projeto de Lei 473/XIV (PS), 9 de Julho**

Aprova a carta de Direitos Fundamentais na Era Digital - [DOC](#)

### **Projeto de Lei 467/XIV (PAN), 3 de Julho**

Reforça as garantias dos trabalhadores da entidade cedente na entidade cessionária, procedendo à décima-segunda alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - [DOC](#)

### **Projeto de Lei 226/XIV (PSD), 21 de Julho (Texto final)**

9.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição para os órgãos das autarquias locais - [DOC](#)

### **Projeto de Lei 139/XIV (BE), 21 de Julho (Texto final)**

Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros - [DOC](#)

### **Projeto de Lei 137/XIV (BE), 21 de Julho (Texto final)**

Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo - [DOC](#)

## **PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

### **Projeto de Resolução 577/XIV (PAN), 13 de Julho**

Recomenda ao Governo que aprove portaria que defina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar às pensões iniciadas durante o ano de 2020 - [DOC](#)



## **Projeto de Resolução 564/XIV (PCP), 7 de Julho**

Promoção de medidas de defesa da segurança e saúde pública no transporte ferroviário para combater a epidemia de COVID-19 - [DOC](#)

## **INQUÉRITOS PARLAMENTARES**

### **Inquérito Parlamentar 4/XIV (CH), 28 de Julho**

Constituição de uma Comissão Parlamentar de inquérito ao Financiamento de campanhas políticas por entidades bancárias - [DOC](#)

## **GOVERNO DE PORTUGAL**

Plano de recuperação económica: “Visão Estratégica para o plano de recuperação económica e social de Portugal 2020-2030” - [DOC](#)

Relatório Anual de Segurança Interna 2019 - [DOC](#)

Simplex Programa 2020/2021 - [DOC](#)

### **Comunicado do Conselho de Ministros, de 30 de Julho - [DOC](#)**

*ponto 1.* O Conselho de Ministros aprovou hoje a resolução que dá continuidade ao processo de desconfinamento iniciado em 30 de abril de 2020, renovando apenas a declaração da situação de alerta e contingência, consoante o território, deixando de vigorar a situação de calamidade nas 19 freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, dada a tendência decrescente do número de novos casos de doença e a melhoria da situação sanitária nestas freguesias.

*ponto 2.* Foi aprovado o decreto-lei que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença Covid-19.

*ponto 3.* Foi aprovado o decreto-lei que transpõe a diretiva (EU) 2020/876, no sentido de diferir prazos para a apresentação e troca de informações no domínio da fiscalidade devido à pandemia da doença Covid-19.

*ponto 4.* Foi aprovado o decreto-lei que aprova a restituição do montante equivalente ao imposto sobre o valor acrescentado relativo a diversas iniciativas.

*ponto 6.* Foi aprovado o decreto-lei que estabelece o mecanismo de emissão de garantias de origem para gases de baixo teor de carbono e para gases de origem renovável, atualizando as metas de energia de fontes renováveis, com o objetivo de comprovar ao consumidor final, através da emissão de certificados eletrónicos, a quota ou quantidade de energia proveniente de fontes renováveis presente no cabaz energético de um determinado fornecedor. Estas novas garantias de origem permitirão, ainda, promover a descarbonização, por um lado, da rede de gás já existente e, por outro, de setores da economia de difícil eletrificação. São, ainda, atualizadas as metas de utilização de energia proveniente de fontes renováveis, fortalecendo o compromisso do Governo em atingir a neutralidade carbónica em 2050.

*ponto 7.* Foi aprovada a resolução do Conselho de Ministros que aprova a Estratégia Nacional para o Hidrogénio. Este diploma define a estratégia nacional para o Hidrogénio, promovendo a introdução gradual deste gás como pilar sustentável e integrado na mais abrangente estratégia de transição para uma economia descarbonizada. Foi aprovado depois de um processo de consulta pública que foi complementado com a organização de seis sessões de debate com agentes da área da Inovação e Desenvolvimento, Indústria, Transportes, Energia, Formação, Qualificação e Emprego.

### **Comunicado do Conselho de Ministros, de 23 de Julho - [DOC](#)**

*ponto 1.* O Conselho de Ministros aprovou, na generalidade, o Programa Internacionalizar 2030, que estabelece as prioridades para a internacionalização da economia portuguesa, através do aumento das exportações de bens e serviços e do incremento do número de exportadores, da diversificação de mercados de exportação, do aumento do volume de investimento direto estrangeiro (IDE), do fortalecimento do investimento direto português no estrangeiro (IDPE) e do acréscimo do valor acrescentado nacional (VAB).



**ponto 5.** Foi aprovada a versão final do decreto-lei que estabelece o responsável pelo tratamento dos dados e que regula a intervenção do médico no sistema STAYAWAY COVID.

## **Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário, de 17 de Julho - [DOC](#)**

**ponto 1.** O Conselho de Ministros aprovou hoje, por via eletrónica, a concessão de um empréstimo à Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (TAP), no montante máximo de 1,200 milhões de euros, em conformidade com a decisão da Comissão Europeia SA.57369, de 10 de junho de 2020, bem como as minutas dos respetivos contratos de financiamento e acordo complementar.

## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 16 de Julho - [DOC](#)**

**ponto 1.** O Conselho de Ministros aprovou hoje, na generalidade, o decreto-lei que estabelece o responsável pelo tratamento dos dados e que regula a intervenção do profissional de saúde no sistema STAYAWAY COVID.

## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 9 de Julho - [DOC](#)**

**ponto 1.** O Conselho de Ministros aprovou hoje três diplomas que transpõem para a ordem jurídica interna atos da União Europeia:

- Decreto-lei que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo regime jurídico e procede à transposição da Diretiva 2019/692.
- Decreto-lei que estabelece o regime sancionatório aplicável à violação de regras sobre acesso à internet aberta e sobre chamadas intra-União Europeia reguladas.

**ponto 2.** Foi aprovado o decreto-Lei que determina a definição dos procedimentos a adotar no que se refere à submissão do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade.

## **CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

### **CONSULTAS PÚBLICAS**

**Consulta Pública n.º 6/2020, de 28 de Julho** - Projeto de modelo de relatório de informação não financeira pelos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado - [DOC](#)

**Consulta Pública n.º 5/2020, de 14 de Julho** - Projeto de regulamento da CMVM relativo ao relatório de autoavaliação dos sistemas de governo e controlo interno - [DOC](#)

**Consulta Pública n.º 4/2020, de 14 de Julho** - Projeto de Regulamento da CMVM relativo ao envio de informação à CMVM sobre preçários para investidores não profissionais, comercialização e encargos dos organismos de investimento coletivo - [DOC](#)

**Consulta Pública n.º 3/2020, de 14 de Julho** - Projeto de Regulamento da CMVM relativo ao envio de informação sobre reclamações apresentadas por investidores não profissionais - [DOC](#)

**Consulta Pública n.º 2/2020, de 14 de Julho** - Projeto de Regulamento da CMVM que altera os Regulamentos da CMVM n.º 2/2007, n.º 2/2015, n.º 3/2015, n.º 2/2002, n.º 8/2018, n.º 1/2020, n.º 1/2017 e n.º 3/2016 (Simplificação de Regulamentos) - [DOC](#)

### **CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS**

CMVM coloca em consulta pública o **projeto de modelo de relatório para divulgação de informação não financeira** por emitentes - [DOC](#)

CMVM coloca em consulta pública 4 projetos regulamentares que **reduzem os deveres de reporte regular de informação em 29%** - [DOC](#)

**Circular sobre avaliação de instrumentos financeiros** que integram carteiras de Organismos de Investimento Coletivo - [DOC](#)



**Circular sobre revisão das orientações à atividade dos peritos avaliadores de imóveis** (Alteração às orientações à atividade dos peritos avaliadores de imóveis durante o estado de emergência em Portugal (COVID-19) de 30 de março de 2020) - [DOC](#)

**Relatório sobre os Mercados de Valores Mobiliários - 2019** - [DOC](#)

**Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários – N.º 62** - [DOC](#)

ESMA publica relatório sobre **sanções e medidas impostas em 2019 no âmbito da DMIF II** - [DOC](#)

Declaração pública da ESMA sobre coordenação de **ações de enforcement na contabilização de modificações de leasings** - [DOC](#)

Orientações da ESMA sobre **testes de esforço de liquidez em OICVM e FIA** - [DOC](#)

ESMA divulga resultados dos terceiros **testes de stress a contrapartes centrais na UE** - [DOC](#)

ESMA **avalia sistema de reporte financeiro alemão** na sequência do colapso da Wirecard - [DOC](#)

Conselho de Reguladores do MIBEL publica um **estudo sobre o mercado de licenças de emissão de CO2** - [DOC](#)

CMVM reforça apoio aos investidores com novas **brochuras sobre produtos financeiros** - [DOC](#)

## INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

**Relatório Estatístico sobre Reclamações dos Investidores** - 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **intermediação financeira** - 2º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **contraordenações** - 2º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **day-trading** - 2º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Junho - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Junho - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais português** - Junho - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Junho - [DOC](#)

## BANCO DE PORTUGAL

### REGULAMENTAÇÃO

**Instrução (Histórico) n.º 19/2020** - Regulamenta o dever de reporte ao Banco de Portugal de informações sobre exposições objeto de medidas aplicadas em resposta à crise do COVID-19 conforme orientações EBA (EBA/GL/2020/07) - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 18/2020** - Regulamenta os deveres de reporte respeitante à conduta e cultura organizacional e aos sistemas de governo e controlo interno - [DOC](#)

**Carta Circular n.º CC/2020/00000051** - Divulga as Orientações que alteram as Orientações relativas a moratórias legislativas e não-legislativas sobre reembolsos de empréstimos aplicadas à luz da crise COVID-19 (EBA/GL/2020/08) - [DOC](#)

**Carta Circular n.º CC/2020/00000050** - Restrição de distribuições durante a pandemia de COVID-19 - [DOC](#)



**Carta Circular n.º CC/2020/00000044** - Recomenda um conjunto de boas práticas aplicáveis à comercialização de produtos e serviços bancários de retalho (nomeadamente, depósitos bancários, produtos de crédito, serviços de pagamento e moeda eletrónica) através de canais digitais (online ou mobile) - [DOC](#)

**Aviso n.º 3/2020** - Regulamenta os sistemas de governo e controlo interno e define os padrões mínimos em que deve assentar a cultura organizacional das entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Revoga os Avisos n.ºs 5/2008 e 10/2011, bem como a Instrução n.º 20/2008 - [DOC](#)

## RELATÓRIOS E BOLETINS

**Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito** - Julho 2020 - [DOC](#)

**Relatório de Acompanhamento dos Mercados Bancários de Retalho de 2019** - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 07/2020** - Julho - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 07/2020: 4º Suplemento** - Julho - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 07/2020: 3º Suplemento** - Julho - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 07/2020: 2º Suplemento** - Julho - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 07/2020: 1º Suplemento** - Julho - [DOC](#)

**Boletim Estatístico n.º 07/2020** - Julho - [DOC](#)

**Indicadores Coincidentes** - Julho - [DOC](#)

**Revista de Estudos Económicos n.º 3, Volume 6** - Julho - [DOC](#)

**Newsletter Spillovers** - July - [DOC](#)

## INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Comunicado do Banco de Portugal sobre **recomendação de não distribuição de dividendos durante a pandemia de COVID-19** - [DOC](#)

**Extensão da data-limite para adesão à moratória pública e alteração das condições de acesso** - [DOC](#)

**Quais os impactos da COVID-19 nas empresas?** - [DOC](#)

**Resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas COVID-19: 1ª quinzena de julho de 2020** - [DOC](#)

**Discurso de tomada de posse do Governador do Banco de Portugal** - [DOC](#)

Banco de Portugal **emite Aviso e Instrução em matéria de conduta e cultura organizacional e sistemas de governo, de controlo interno e de gestão de risco** - [DOC](#)

Resposta enviada pelo Banco de Portugal ao Tribunal de Contas, a 9 de julho de 2020, no **exercício do contraditório realizado no âmbito da auditoria à autoridade nacional de resolução** - [DOC](#)

**Entrevista ao Governador**, Carlos da Silva Costa, por David Marsh, Chairman da OMFIF - [DOC](#)

**Artigo de opinião do Governador, Carlos da Silva Costa, na Reuters**: "Time to collectively repair the pipelines while we have an umbrella" - [DOC](#)

**Entrevista do Vice-Governador**, Luís Máximo dos Santos, ao Jornal de Negócios - [DOC](#)



Comunicado do Banco de Portugal sobre a **conclusão dos trabalhos de avaliação independente no quadro das medidas de resolução aplicadas ao BANIF** – Banco Internacional do Funchal, S.A. - [DOC](#)

DSP2. Banco de Portugal divulga **calendário para prestadores de serviços de pagamento** adaptarem as interfaces de comunicação para os serviços de iniciação de pagamentos e de informação sobre contas - [DOC](#)

Banco de Portugal estabelece **boas práticas para reforçar a transparência da informação nos canais digitais** - [DOC](#)

Compras online com cartão. Divulgação do **plano nacional para a aplicação da autenticação forte do cliente** - [DOC](#)

Os **pagamentos “sem contacto”** até 50 euros vieram para ficar - [DOC](#)

## INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

**Síntese da atividade sancionatória:** 2.º trimestre de 2020 - [DOC](#)

**Estatísticas bancárias Internacionais em base consolidada:** 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

**Estatísticas das Empresas da Central de Balanços:** 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

**Contas Nacionais Financeiras:** 1º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

**Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos:** Maio - [DOC](#)

**Financiamento das administrações públicas:** Maio - [DOC](#)

**Endividamento do setor não financeiro:** Maio - [DOC](#)

**Empréstimos e depósitos bancários:** Maio - [DOC](#)

**Balança de Pagamentos:** Maio - [DOC](#)

**Emissões de títulos:** Maio - [DOC](#)

**Dívida pública:** Maio - [DOC](#)

## CNSF - CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS

**Principais medidas adotadas para mitigação dos impactos da pandemia de COVID-19:** uma análise comparativa - [DOC](#)

**Reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros** de 19 de junho de 2020 - [DOC](#)

## ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

**Norma Regulamentar n.º 8/2020-R**, densifica os deveres dos seguradores previstos no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, e estabelece o conteúdo, formato, meio e prazos do reporte de informação à ASF para cabal exercício das competências de supervisão desse regime - [DOC](#)

ASF emite **entendimentos em matéria de seguros obrigatórios, mediação de seguros e resseguros e conduta de mercado** - [DOC](#)



Comunicado relativo à **reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros** de 19 de Junho de 2020 - [DOC](#)

Nota de Informação sobre a **avaliação nacional de riscos de branqueamento de capitais e de financiamento de terrorismo** - [DOC](#)

"Os desafios dos seguros de saúde e da supervisão", artigo publicado na revista Cadernos de Economia - [DOC](#)

## AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

**Informação Vinculativa n.º 000369/2020** - Enquadramento em sede de IMT e IS a conferir a uma operação de entrada em espécie de ativos imobiliários para a esfera de um FII aberto, por contrapartida de unidades de participação - [DOC](#)

**Informação Vinculativa n.º 000069/2020** - Aquisição de unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados de subscrição particular, da qual resulte que um dos titulares fique a dispor de, pelo menos, 75 % das unidades de participação representativas do património do fundo - [DOC](#)

**Informação Vinculativa n.º 17279/2020** - RFAI - Não elegibilidade de investimentos na aquisição de ativos isolados - [DOC](#)

**Informação Vinculativa n.º 17196/2020** - Seguros de vida e de doença pagos a um sócio gerente - [DOC](#)

**Informação Vinculativa n.º 17151/2020** - CIRC. Formulário Modelo 21-RFI – Formato do arquivo - [DOC](#)

**Informação Vinculativa n.º 16926/2020** - Apuramento do saldo das mais-valias e menos-valias - [DOC](#)

**Ofício-circulado n.º 30224/2020** - IVA - Prorrogação do prazo para entrega da declaração periódica e pagamento do respetivo imposto. Apuramento do imposto com base no sistema e-fatura. (complemento ao ofício-circulado n.º 30221, de 2020-05-12) - [DOC](#)

**Ofício-circulado n.º 20225/2020** - Prova dos requisitos de aplicação do regime previsto no artigo 51.º do código do IRC (CIRS) – artigo 51.º-B - [DOC](#)

**Ofício-circulado n.º 15782/2020** - Regime Especial de Trânsito. Estatuto de Destinatário autorizado no âmbito de operações efetuadas ao abrigo da Convenção TIR. Simplificações relativas à sujeição das mercadorias ao regime de trânsito da União ou ao termo desse regime: Estatuto de Expedidor autorizado, de Destinatário autorizado e Utilização de selos de um modelo especial - [DOC](#)

## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**Nota Informativa - COVID 19: Cibercrime Em Tempo De Pandemia** - [DOC](#)

## TRIBUNAL DE CONTAS

**Relatório Prevenção da Resolução Bancária em Portugal** - [DOC](#)

## DGO - DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

**Síntese de Execução Orçamental** de junho de 2020 - [DOC](#)



Dados da execução orçamental - [DOC](#)

Conta Geral do Estado - [DOC](#)

Receitas e Despesas da AC - [DOC](#)

## GEE - GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS

Boletim Indicadores de Conjuntura 2020 – COVID - [DOC](#)

## DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE

Orientação nº 35/2020 - COVID-19: Populações em Situação de Maior Vulnerabilidade Social e Económica - [DOC](#)

Guia de Recomendações por tema e setor de atividade – COVID - [DOC](#)



## JURISPRUDÊNCIA

### JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

#### Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 299/2020, de 16 de Junho

I. Declaração, com força obrigatória geral, da inconstitucionalidade da norma constante do n.º 8 do artigo 1091.º do Código Civil - direito de preferência do arrendatário relativo a contrato de arrendamento para fins habitacionais relativo a parte de prédio não constituído em propriedade horizontal. - [DOC](#)

#### Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 258/2020, de 5 de Maio

I. Inconstitucionalidade com força obrigatória geral: Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, artigo 222.º-G, n.º 4, equivalência do parecer do administrador judicial provisório que conclua pela situação de insolvência à apresentação à insolvência por parte do devedor. - [DOC](#)

#### Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 3 de Junho

I. Constitui prejuízo fiscal o saldo negativo entre os proveitos ou ganhos e demais variações patrimoniais positivas e os custos ou perdas e demais variações patrimoniais negativas susceptíveis de concorrer para o lucro tributável de um sujeito passivo de I.R.C. num dado período de tributação. O prejuízo fiscal é, em princípio, um corolário da periodização do lucro tributável, isto é, constitui, tendencialmente, uma mera consequência da particular extensão temporal do período por referência ao qual se determina a obrigação de imposto (cfr.artºs.15, n.º.1, al.a), 1), e 47 e seg., do C.I.R.C., em vigor em 2007).

II. A dedução de prejuízos fiscais de exercícios tributários anteriores, sistema de reporte de prejuízos consagrado na lei fiscal portuguesa ("carryforward method"), visa neutralizar os efeitos perniciosos da periodização do lucro tributável na tributação das sociedades. Com este pressuposto, esta exigência fiscal é imposta pelos princípios da capacidade contributiva, da tributação do rendimento real e da igualdade, vertidos nos artºs.103, 104, n.º.2, e 13, todos da C. R. Portuguesa.

III. O artº.47, n.º.8, do C.I.R.C. (actual artº.52, n.º.8), foi introduzido no nosso ordenamento jurídico pela Lei 39-A/2005, de 29/07, consagrando uma cláusula anti-abuso especial, além do mais, acrescentando como nova causa de exclusão do direito ao reporte de prejuízos, a constatação de que no fim do período de tributação a que respeitam os lucros declarados, se verifique uma alteração da titularidade de, pelo menos, metade do capital ou de mais de metade dos direitos de voto, em comparação com o fim do período de tributação em que foram gerados os prejuízos cuja dedução se pretende.

IV. O direito comunitário, originário ou derivado, vigora directamente na ordem jurídica interna portuguesa e a aplicação do mesmo está balizada pelos princípios do primado, da aplicabilidade directa e do efeito directo (cfr.artº.8, n.º.4, da C. R. Portuguesa).

V. A Directiva do Conselho 90/434/CEE, de 23/07/1990, é o diploma que consagra o regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas de acções entre sociedades de Estados-membros diferentes. O dec.lei 123/92, de 2/07, transpõe para a ordem jurídica interna, o regime da citada Directiva quanto às fusões e cisões transfronteiriças intracomunitárias. Já o dec.lei 6/93, de 9/01, operou a transposição do regime comunitário quanto às entradas em espécie e permutas de partes sociais. Certo sendo que se encontram fora do âmbito de aplicação de tal regime, além de outras, as operações de reorganização empresarial estritamente internas e realizadas em qualquer Estado Membro, como é o caso objecto do presente processo (cfr.artº.1, da Directiva 90/434/CEE). (sumário da exclusiva responsabilidade do relator). - [DOC](#)

#### Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 3 de Junho

I. Na sua redacção originária, o artigo 3.º, n.º 1, do CIUC não considera proprietários os titulares inscritos no registo automóvel, mas os que como tal sejam considerados de acordo com as regras do registo automóvel.

II. Ao considerar proprietários os que como tal sejam considerados de acordo com as regras do registo automóvel, o legislador está a valer-se da presunção derivada do registo, presunção esta elidível nos termos gerais.

III. A alteração introduzida no artigo 3.º, n.º 1 do CIUC pelo Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, não tem natureza interpretativa. - [DOC](#)

#### Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Junho

I. O Número de Identificação Fiscal a atribuir automaticamente é um elemento de identificação do contribuinte e como tal, encontra-se protegido pelo dever de sigilo fiscal, previsto no artigo 64.º/1 da LGT.

II. Poderá ser revelado pela AT, entre outras, nas situações previstas na alínea d) do n.º 2 do art. 64º da LGT, em colaboração com a justiça nos termos do Código de Processo Civil. - [DOC](#)

#### Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Junho

I. Os gestores ou administradores de uma sociedade tem o dever de a apresentar à insolvência quando se verifique uma situação de insusceptibilidade de satisfação de obrigações vencidas, que em função das respectivas características



intrínsecas, designadamente o seu montante, denotem a incapacidade de continuar a satisfazer a generalidade dos créditos que sobre si recaem. Não se justifica o dever de imediata apresentação à insolvência face às primeiras dificuldades de tesouraria e de cobrança de créditos.

II. Age sem culpa o gestor que tenta ultrapassar as dificuldades de tesouraria, provocadas pela impossibilidade de cobrança dos créditos da empresa, através da angariação de novos clientes e da redução das despesas e com sacrifício do seu património pessoal, ainda que tais diligências se venham a revelar infrutíferas. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de Junho**

I. O regime da transparência fiscal caracteriza-se pela imputação aos sócios da parte do lucro que lhes corresponder, independentemente da sua distribuição.

II. As sociedades transparentes são sujeitos passivos do imposto, pelo que estão sujeitas às obrigações declarativas e contabilísticas, prevista no CIRC.

III. Na sua declaração periódica de rendimentos, os sócios devem indicar a matéria colectável que lhes tenha sido imputada por aquelas, que assim acrescerá ao resultado líquido extraído da contabilidade. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de Junho**

I. Apenas relevam fiscalmente os custos com amortizações em relação a imóveis que estejam ao serviço da actividade do contribuinte.

II. Não integram o conceito de obras de grande reparação e beneficiação as que visam repor a situação do edificado anterior à ocorrência de evento que os tenha danificado.

III. Os proveitos e os custos, assim como as outras componentes positivas ou negativas do lucro tributável, são imputáveis ao exercício a que digam respeito. Contabilizam-se créditos e débitos e não pagamentos e recebimentos. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de Junho**

I. Apenas a ausência absoluta de fundamentação, que não uma fundamentação escassa, deficiente, ou mesmo medíocre, pode ser geradora da nulidade das decisões judiciais.

II. «Despesas não documentadas» são aquelas que não têm qualquer suporte documental a nível contabilístico.

III. Está vedado ao Tribunal valorar razões de facto e de direito que não constam da fundamentação do acto sindicado. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de Junho**

I. Se a Administração Fiscal duvidar fundadamente da inserção no interesse societário de determinada despesa impende sobre o contribuinte o ónus da prova de que tal operação se insere no respectivo escopo societário. Este ónus implica a demonstração do circuito económico-financeiro das despesas em presença, bem como os beneficiários das mesmas.

II. A exigência de prova documental não se confunde nem se esgota na exigência de factura, bastando um documento escrito, em princípio externo e com menção das características fundamentais da operação, uma vez que, ao contrário do que se passa com o IVA, em sede de IRC, a justificação do custo consubstancia uma formalidade probatória e, por isso, substituível por qualquer outro género de prova.

III. A consolidação do grupo de sociedades para efeitos fiscais não afasta os deveres declarativos e contabilísticos que recaem sobre cada membro do grupo, quer antes, quer durante a sua integração no perímetro de consolidação.

IV. O regime de consolidação do grupo de sociedades não afasta o direito ao reporte de prejuízos que assiste a cada sociedade membro do perímetro, uma vez extinta a consolidação. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de Junho**

I. O regime regra de aplicação subsidiária imposta pela al. b) do artigo. 3.º do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), às contraordenações tributárias e respetivo processamento é o do ilícito de mera ordenação social, porém, a questão das notificações em processo de contraordenações tributárias encontra regime de exceção no artigo n.º 70.º do mesmo diploma legal (RGIT), remetendo o seu n.º 2, expressamente para as disposições correspondentes do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

II. O conceito de domicílio fiscal alargado pela Lei n.º 64-B/2011 (OE 2012) e que alterou o n.º 2 do artigo 19.º da Lei Geral Tributária (LGT) no sentido de, nele passar a incluir a caixa postal eletrónica, sendo reforçado em 2017, pelo Dec. Lei n.º 93/2017 de 01/08, com alteração ao mesmo n.º 2 do 19.º da LGT no sentido de nele se integrar o domicílio fiscal eletrónico, que inclui o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital, bem como a caixa postal eletrónica, nos termos previstos no serviço público de notificações eletrónicas associado também à morada única digital e no serviço público de caixa postal eletrónica.

III. A norma legal que institui a presunção de notificação eletrónica e a que refere os termos em que esta pode ser ilidida pelo notificado são claras quanto à exigência da demonstração cabal de que a notificação ocorreu em data posterior à presumida, por facto que não lhe seja imputável e nos casos em que se comprove que o contribuinte comunicou a alteração daquela nos termos do artigo 43.º (artigo 39.º n.º 10 e 11 do CPPT). - [DOC](#)



## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 4 de Junho**

I. Em termos conceituais, as ajudas de custo, quando atribuídas pela entidade patronal, ou seja, pela entidade pagadora do rendimento do trabalho dependente, constituem valores pagos por causa do trabalho, mas não o remuneram, ela tem outros fins, designadamente, a compensação pelos gastos a que o trabalhador careça de encarar, por causa do trabalho e em benefício deste.

II. Para ser clara a fundamentação do relatório de inspeção tributária tinha que se mostrar capaz de criar no interprete (jugador) a convicção de que as ajudas de custo pagas ao trabalhador (recorrido), não tiveram por finalidade, a compensação de despesas realizadas com a sua efetiva deslocação ao serviço e no interesse da sua entidade patronal.

III. É sobre a AT que recai o ónus de demonstrar que as quantias devidamente declaradas como ajudas de custo constituem retribuição.

IV. Tendo sido aceite pela AT a efetividade da deslocação, a qual, segundo as regras da experiência comum, implica naturalmente a criação de gastos acrescidos, incumbia-lhe demonstrar que os montantes auferidos pelo Impugnante a título de “ajudas de custo” era totalmente independente das deslocações e das respetivas despesas, representando um ganho real para o trabalhador ou, pelo menos, que esses montantes auferidos excediam as despesas normais das deslocações ao serviço da entidade patronal, o que não logrou fazer. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 26 de Junho**

I. O agravamento da responsabilidade originado pela falta de observação, por parte do empregador, das regras sobre segurança e saúde no trabalho, tem como fonte o contrato de trabalho celebrado entre o sinistrado e a Ré patronal.

II. Estamos perante uma responsabilidade contratual, ou seja, o empregador vê a sua responsabilidade derivada do contrato, agravada, por força da violação das regras de segurança e saúde no trabalho.

III. O artigo 18.º da LAT, quando remete para os termos gerais, não estabelece qualquer responsabilidade extracontratual, fá-lo com vista à fixação da indemnização nos termos gerais do direito civil.

IV. Perante uma responsabilidade contratual, o prazo de prescrição é o prazo ordinário de vinte anos previsto no artigo 309.º do CC e não o de três anos estabelecido no n.º 1 do artigo 498.º do CC para o direito de indemnização por factos ilícitos (artigo 483.º e segs. do CC). - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 15 de Dezembro de 2016**

I. É admissível a impugnação judicial direta das deliberações do Conselho de Administração de sociedade comercial. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 4 de Junho**

I. O disposto no art.º 246.º do CPC estabelece que o regime de citação de pessoas coletivas é semelhante ao da citação das pessoas singulares, com as devidas adaptações e as especialidades constantes desta disposição legal.

II. Tendo sido endereçada carta registada com aviso de receção para a morada indicada pelo Autor como sendo a sede da Ré Sociedade Comercial, e aí tendo sido rececionada por alguém que se comprometeu a entregá-la ao seu destinatário, deve-se considerar, por isso, ao abrigo do disposto no artigo 225.º, n.º 4, conjugado com o artigo 246.º do CPC, presumidamente feita a citação (presunção juris tantum).

III. Para se concluir pela falta de citação, nos termos do artigo 188.º, n.º 1, alínea e), do CPC, não basta a alegação pela requerida/citanda de que não teve conhecimento do ato de citação, revelando-se ainda necessário que aquela alegue e demonstre não só que tal aconteceu, mas ainda que sucedeu devido a circunstâncias que não lhe são imputáveis.

IV. O excesso de pronúncia consiste numa apreciação ou decisão sobre questão que ultrapassa o quanto é submetido pelas partes ou imposto por lei à consideração do julgador. - [DOC](#)



## LEGISLAÇÃO EUROPEIA

### EUROPEAN COMMISSION

#### COVID-19

**Council Decision (EU) 2020/1109** of 20 July 2020 amending Directives (EU) 2017/2455 and (EU) 2019/1995 as regards the dates of transposition and application in response to the COVID-19 pandemic - July 29 - [DOC](#)

**Council Implementing Regulation (EU) 2020/1112** of 20 July 2020 amending Implementing Regulation (EU) 2019/2026 as regards the dates of application in response to the COVID-19 pandemic - July 29 - [DOC](#)

**Council Recommendation (EU) 2020/1144** of 0 July 2020 amending Recommendation (EU) 2020/912 on the temporary restriction on non-essential travel into the EU and the possible lifting of such restriction - July 31 - [DOC](#)

**Council Recommendation (EU) 2020/1052** of 16 July 2020 amending Council Recommendation (EU) 2020/912 on the temporary restriction on non-essential travel into the EU and the possible lifting of such restriction - July 17 - [DOC](#)

**Commission Decision (EU) 2020/1101** of 23 July 2020 amending Decision (EU) 2020/491 on relief from import duties and VAT exemption on importation granted for goods needed to combat the effects of the COVID-19 outbreak during 2020 (notified under document number C(2020) 4936) - July 27 - [DOC](#)

**Corrigendum to Commission Recommendation (EU) 2020/1039** of 14 July 2020 on making State financial support to undertakings in the Union conditional on the absence of links to non-cooperative jurisdictions - July 16 - [DOC](#)

**Recommendation of the European Central Bank** of 27 July 2020 on dividend distributions during the COVID-19 pandemic and repealing Recommendation ECB/2020/19 - July 31 - [DOC](#)

**Recommendation of the European Systemic Risk Board** of 27 May 2020 on monitoring the financial stability implications of debt moratoria, and public guarantee schemes and other measures of a fiscal nature taken to protect the real economy in response to the COVID-19 pandemic - July 29 - [DOC](#)

**Communication** from the Commission Guidelines on seasonal workers in the EU in the context of the COVID-19 outbreak - [DOC](#)

#### DECISIONS AND REGULATION

**Regulation (EU) 2020/1056** of the European Parliament and of the Council of 15 July 2020 on electronic freight transport information - July 31 - [DOC](#)

**Council Decision (EU) 2020/976** of 6 July 2020 on the financial contributions to be paid by Member States to finance the European Development Fund, including the second instalment for 2020 - July 7 - [DOC](#)

**Council Decision (EU) 2020/969** of 3 July 2020 laying down implementing rules concerning the Data Protection Officer, restrictions of data subjects' rights and the application of Regulation (EU) 2018/1725 of the European Parliament and of the Council, and repealing Commission Decision 2008/597/EC - July 6 - [DOC](#)

**Commission Delegated Regulation (EU) 2020/988** of 12 March 2020 correcting certain language versions of Delegated Regulation (EU) 2015/35 supplementing Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance (Solvency II) - July 10 - [DOC](#)

**Council Recommendation** of 20 July 2020 on the economic policy of the euro area 2020/C 243/01 - July 23 - [DOC](#)



**Corrigendum to Directive (EU) 2020/878** of the European Parliament and of the Council of 20 May 2019 amending Directive 2013/36/EU as regards exempted entities, financial holding companies, mixed financial holding companies, remuneration, supervisory measures and powers and capital conservation measures (Official Journal of the European Union L 150 of 7 June 2019) - July 3 - [DOC](#)

**Decision (EU) 2020/1100 of the European Central Bank** of the European Central Bank of 17 July 2020 amending Decision (EU) 2015/32 concerning derogations that may be granted under Regulation (EU) N.º 1073/2013 (ECB/2020/33 - July 27 - [DOC](#)

**Guideline (EU) 2020/978 of the European Central Bank** of 25 June 2020 on the exercise of the discretion under Article 178(2)(d) of Regulation (EU) n.º 575/2013 of the European Parliament and of the Council by national competent authorities in relation to less significant institutions with regard to the threshold for assessing the materiality of credit obligations past due - July 8 - [DOC](#)

**Recommendation of the European Systemic Risk Board** of 25 May 2020 on liquidity risks arising from margin calls (ESRB/2020/6) - July 20 - [DOC](#)

**Communication** Getting ready for changes - Communication on readiness at the end of the transition period between the European Union and the United Kingdom - [DOC](#)

**Communication** from the Commission Communication on the protection of confidential information by national courts in proceedings for the private enforcement of EU competition law 2020/C 242/01 - [DOC](#)

CONSULTATION: **A Capital Markets Union for people and businesses – new action plan** - [DOC](#)

CONSULTATION: **Recovery package: How the Capital Markets Union can support Europe's recovery** - [DOC](#)

CONSULTATION: **Benchmarks review: Commission's proposal to amend EU rules on financial benchmarks** - [DOC](#)

CONSULTATION: **EU digital ID scheme for online transactions across Europe** - [DOC](#)

CONSULTATION: **Insurance and reinsurance firms - review of prudential rules (Solvency II Directive)** - [DOC](#)

CONSULTATION: **Intellectual property action plan** - [DOC](#)

## OTHER DOCUMENTS

**Special meeting of the European Council** (17-21 July 2020) – Conclusions - [DOC](#)

**Special European Council** (17-21 July 2020) – Main results - [DOC](#)

**European Semester 2020: country-specific recommendations adopted** - [DOC](#)

**New EU rules and guidance for a fairer online economy** - [DOC](#)

**The Digital Economy and Society Index (DESI)** - [DOC](#)

**Protecting the EU budget** against generalised rule of law deficiencies - [DOC](#)

**Hong Kong 2019 Annual Report** - [DOC](#)

**Macao 2019 Annual report** - [DOC](#)

## ECB - EUROPEAN CENTRAL BANK

**The ECB's monetary policy during the coronavirus crisis** – necessary, suitable and proportionate - [DOC](#)



**Building the Financial System of the 21st Century** - [DOC](#)

**The IMF's financial surveillance in Europe** – experiences with FSAPs and their links with Article IV consultations - [DOC](#)

ECB announces **public consultation on the publication of compounded €STR rates** - [DOC](#)

**The great trade collapse of 2020** and the amplification role of global value chains - [DOC](#)

**July 2020 euro area bank lending survey** - [DOC](#)

**Economic consequences of high public debt:** evidence from three large scale DSGE models - [DOC](#)

**Has regulatory capital made banks safer?** Skin in the game vs moral hazard - [DOC](#)

Euro area equity markets and **shifting expectations for an economic recovery** - [DOC](#)

**Inflation volatility in small and large advanced open economies** - [DOC](#)

**Monetary developments** in the euro area: June 2020 - [DOC](#)

**Euro area bank interest rate** statistics: May 2020 - [DOC](#)

**Households and non-financial corporations** in the euro area: first quarter of 2020 - [DOC](#)

Euro area quarterly **balance of payments and international investment position:** first quarter of 2020 - [DOC](#)

**Euro area economic and financial developments by institutional sector:** first quarter of 2020 - [DOC](#)

**Consolidated financial statement** of the Eurosystem - [DOC](#)

**How do financial markets react to monetary policy signals?** - [DOC](#)

Luis de Guindos: **Building the Financial System of the 21st Century** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2442: **Central banks in parliaments: a text analysis of the parliamentary hearing of the Bank of England, the European Central Bank and the Federal Reserve** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2438: **Financial intermediation and technology: What's old, what's new?** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2437: **Drivers of European public debt management** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2436: **Forecasting macroeconomic risk in real time: Great and Covid-19 Recessions** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 2433: **Rethinking capital regulation: the case for a dividend prudential target** - [DOC](#)

## ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

### MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA publishes the **MIFID/MIFIR Annual Review Report** - [DOC](#)

ESMA issues second **report on sanctions under MIFID II** - [DOC](#)

### OTHER DOCUMENTS

ESMA **consults on guidelines on calculation of positions under SFTR** - [DOC](#)

ESMA publishes guidelines on **securitisation repository data completeness** and consistency thresholds - [DOC](#)



ESMA publishes updated **annual transparency calculations** - [DOC](#)

ESMA submits opinion to European Parliament on **2018 discharge process** - [DOC](#)

ESMA clarifies **external support within the meaning of article 35 of the MMF Regulation** - [DOC](#)

ESMA is preparing **new RTS to further postpone CSDR settlement discipline** - [DOC](#)

ESMA updates transparency opinions for **3RD Country venues** - [DOC](#)

ESMA **Newsletter**, n.º 15 - [DOC](#)

## EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

Guidelines amending Guidelines EBA/GL/2020/02 on **legislative and non-legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the COVID-19 crisis** - [DOC](#)

**Guidelines on Covid -19 measures reporting and disclosure** - [DOC](#)

EBA publishes Guidelines on a **pragmatic and flexible approach to the 2020 supervisory review and evaluation process** in light of the COVID-19 pandemic - [DOC](#)

**Report on the implementation of selected Covid-19 policies** - [DOC](#)

EBA provides clarity on the **implementation of the prudential framework in the context of COVID-19** - [DOC](#)

EBA calls on resolution authorities to **consider the impact of COVID-19 on resolution strategies and resolvability assessments** - [DOC](#)

EBA calls on financial institutions to finalise preparations for the **end of the transitional arrangements between the EU and UK** - [DOC](#)

EBA consults on technical standards on **indirect subscription of MREL instruments within groups** - [DOC](#)

EBA consults on technical standards on **reporting of MREL decisions** - [DOC](#)

EBA consults on **technical standards on impracticability of contractual recognition of bail-in** - [DOC](#)

EBA consults on **estimation of Pillar 2 and combined buffer requirements for the purpose of setting MREL** - [DOC](#)

EBA consults on technical standards specifying the determination of **indirect exposures arising from (credit) derivative contracts underlying a debt or equity instrument for large exposures purposes** - [DOC](#)

EBA consults on draft technical standards on **default probabilities and loss given default for default risk model under the internal approach for market risk** - [DOC](#)

EBA consults on Guidelines specifying the conditions for the substitution approach in the context of **“tri-party transactions” for large exposures purposes** - [DOC](#)

EBA is looking into **ways to reduce reporting costs** - [DOC](#)

EBA observes an **increase in high earners in 2018 and the persistence of differences in remuneration practices** across the EU - [DOC](#)

EBA publishes phase 2 of its **technical package on reporting framework 2.10** - [DOC](#)

EBA updates **list of correlated currencies** - [DOC](#)



## EIOPA - EUROPEAN INSURANCE AND OCCUPATIONAL PENSIONS AUTHORITY

EIOPA clarifies supervisory expectations on **product oversight and governance requirements in the context of COVID-19** - [DOC](#)

EIOPA Statement on **Solvency II supervisory reporting** in the context of COVID-19 - [DOC](#)

Insurance against pandemic risk: **EIOPA identifies options for shares resilience solutions** - [DOC](#)

## EEAS - EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE

**Hong Kong Special Administrative Region: Annual Report 2019** - Joint Report to the European Parliament and the Council - [DOC](#)

**Macao Special Administrative Region: Annual Report 2019** - Joint Report to the European Parliament and the Council - [DOC](#)

## ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

**ESRB Annual Report 2019** - [DOC](#)

The General Board of the European Systemic Risk Board takes **second set of actions in response to the coronavirus emergency** at its extraordinary meeting on 27 May 2020 - [DOC](#)

A system-wide scenario analysis of large-scale corporate bond downgrades - [DOC](#)

Occasional paper series n.º 17/July 2020: **Pension: schemes in the European Union: challenges and implications from macroeconomic and financial stability perspectives** - [DOC](#)

**ESRB risk dashboard** - [DOC](#)

## FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

CP20/12: **Consultation on delay to the implementation of the European Single Electronic Format** - [DOC](#)

**The role of investment managers in the post Covid-19 recovery** - [DOC](#)

**Building a financial regulatory system suitable for the UK in the new era** - [DOC](#)



## JURISPRUDÊNCIA

### JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

#### **Acórdão do Tribunal de Justiça (UE), C-311/18, de 16 de Julho**

Reenvio prejudicial – Proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Artigos 7.º, 8.º e 47.º – Regulamento (UE) 2016/679 – Artigo 2.º, n.º 2 – Âmbito de aplicação – Transferências de dados pessoais para países terceiros para fins comerciais – Artigo 45.º – Decisão de adequação da Comissão – Artigo 46.º – Transferências mediante garantias adequadas – Artigo 58.º – Poderes das autoridades de controlo – Tratamento dos dados transferidos pelas autoridades públicas de um país terceiro para efeitos de segurança nacional – Avaliação do carácter adequado do nível de proteção assegurado no país terceiro – Decisão 2010/87/UE – Cláusulas-tipo de proteção para a transferência de dados pessoais para países terceiros – Garantias adequadas oferecidas pelo responsável pelo tratamento – Validade – Decisão de Execução (UE) 2016/1250 – Adequação da proteção assegurada pelo Escudo de Proteção da Privacidade União Europeia-Estados Unidos – Validade – Queixa de uma pessoa singular cujos dados foram transferidos da União Europeia para os Estados Unidos - [DOC](#)



## PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

### CNCS - CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA

**Boletim 03/2020** do Observatório de Cibersegurança - [DOC](#)

### CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

**Parecer n.º 82/2020** – Projeto de Decreto-Lei 439/XXII/2020 que estabelece o responsável pelo tratamento dos dados e regula a intervenção do profissional de saúde no sistema STAYAWAY COVID - [DOC](#)

### FRONTEIRAS XXI

**A economia azul no novo mundo do coronavírus** - [DOC](#)

Portugal Oceânico - **Como o país explora e protege a imensa área do Atlântico que tem a seu cargo** - [DOC](#)

### INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**Síntese INE@COVID-19:** Acompanhamento do impacto social e económico da pandemia - 17.º reporte semanal - [DOC](#)

**Produto Interno Bruto em volume registou uma variação de -16,5%** em termos homólogos e de -14,1% em cadeia - 2.º Trimestre de 2020 - [DOC](#)

**Taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor** em junho estimada em 0.2% - [DOC](#)

**Investimento empresarial deverá diminuir 8,9%** em termos nominais em 2020 - 1.º Semestre de 2020 - [DOC](#)

**Volume de Negócios na Indústria diminuiu 31,2%** - Maio de 2020 - [DOC](#)

**Anuário Estatístico de Portugal:** ano de edição 2020 já disponível – 2019 - [DOC](#)

### PORDATA

**Retrato de Portugal** - [DOC](#)

**Como trabalham os portugueses?** - [DOC](#)

### BCG - THE BOSTON CONSULTING GROUP

**Global Wealth 2020: The Future of Wealth Management** — A CEO Agenda - [DOC](#)

**How CEOs Can Win the Fight** and Transform to Win the Future - [DOC](#)

**The Most Innovative Companies 2020: The Serial Innovation Imperative** - [DOC](#)



## BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

**Eighteenth progress report on adoption of the Basel regulatory framework** - [DOC](#)

**Bank failure management in the European banking union: What's wrong and how to fix it** - [DOC](#)

Targeted revisions to the **credit valuation adjustment risk framework** - [DOC](#)

Basel Committee publishes **final revisions to the credit valuation adjustment risk framework** - [DOC](#)

**Implications of financial market development for financial stability** in emerging market economies - [DOC](#)

The Matthew effect and modern finance: **on the nexus between wealth inequality, financial development and financial technology** - [DOC](#)

Andrew G Haldane: **The second quarter** - [DOC](#)

Yves Mersch: **The world economy transformed** - [DOC](#)

Luis de Guindos: **Financial stability and the pandemic crisis** - [DOC](#)

Pablo Hernández de Cos: **The main post-pandemic challenges for the Spanish economy** - [DOC](#)

Randal K Quarles: **Global in life and orderly in death - post-crisis reforms and the too-big-to-fail question** - [DOC](#)

## EDPB - EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD

CONSULTATION: **Guidelines 06/2020 on the interplay of the Second Payment Services Directive and the GDPR** - [DOC](#)

Statement on the data protection **impact of the interoperability of contact tracing apps** - [DOC](#)

EDPB publishes **FAQ document on CJEU judgment C-311/18 (Schrems II)** - [DOC](#)

## EUROBAROMETER

**Public opinion in the EU in time of coronavirus crisis 2** - [DOC](#)

**Plenary Insights – July 2020** - [DOC](#)

## EUROPEAN ISSUERS

EuropeanIssuers responds to EC **Consultation on Renewed Sustainable Finance Strategy** - [DOC](#)

EuropeanIssuers responds to ESMA **consultation on SME Growth Markets** - [DOC](#)

## EUROSTAT

World Population Day: **Population trends up to 2100** - [DOC](#)



## FESE - FEDERATION OF EUROPEAN SECURITIES EXCHANGES

European Exchange Report - Year 2019 - [DOC](#)

## IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Corruption and COVID-19 - [DOC](#)

Review Of The Fund's Income Position For FY 2020 And FY 2021-2022 - [DOC](#)

Toward a More Resilient Europe - [DOC](#)

The Promise of Fintech - Financial Inclusion in the Post COVID-19 Era - [DOC](#)

The Platform for Collaboration on Tax Publishes its Progress Report 2020 - [DOC](#)

Fiscal Policies for a Transformed World - [DOC](#)

Impact of Conflict and Political Instability on Banking Crises in Developing Economies - [DOC](#)

Evolving to Work Better Together: Public-Private Partnerships for Digital Payments - [DOC](#)

## ISDA - INTERNATIONAL SWAPS AND DERIVATIVES ASSOCIATION

ISDA In Review – June 2020 - [DOC](#)

## MCKINSEY

Organizational speed in the post-COVID-19 era - [DOC](#)

HVAC improvements and other upgrades might help prevent indoor airborne transmission of coronavirus - [DOC](#)

How companies can make remote working a success - [DOC](#)

Innovation in a crisis: Why it is more critical than ever - [DOC](#)

## OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

United States extending support and lowering regulatory barriers could energize the recovery from Covid-19 - [DOC](#)

Urgent action needed to stop jobs crisis becoming a social crisis - [DOC](#)

New corporate tax statistics provide fresh insights into the activities of multinational enterprises - [DOC](#)

Corporate Tax Statistics Database - [DOC](#)

Composite Leading Indicators - July 2020 - [DOC](#)



## PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

How the G20 Can Hasten **Recovery from COVID-19** - [DOC](#)

Designing the **fiscal response to the COVID-19** pandemic - [DOC](#)

**The pandemic will plunge the world into recession**; recoveries will be mixed - [DOC](#)

**Global Economic Prospects**: Spring 2020 - [DOC](#)

## SUERF - THE EUROPEAN MONEY AND FINANCE FORUM

**Banking between two crises** - [DOC](#)

## VISION OF HUMANITY

**COVID-19 and Peace** - [DOC](#)

**Global Peace Index 2020** - Measuring peace in a complex world - [DOC](#)

## VISUAL CAPITALIST

**What's At Risk: An 18-Month View of a Post-COVID World** - [DOC](#)

**Asset Class Risk and Return Over the Last Decade (2010-2019)** - [DOC](#)

## WEF - THE WORLD ECONOMIC FORUM

**COVID-19: Is it right to talk about a second wave?** - [DOC](#)



## OTHER INSIGHTS

**BNY MELLON** - Tracking Market Implications of a Pandemic - [DOC](#)

**BRUEGEL** - The EU's Opportunity to Turn Its Markets Toward the Future - [DOC](#)

**CAMBRIDGE** - US-China Trade War: A Way Out? | World Trade Review - [DOC](#)

**CCP12** - CCPS again demonstrate strong resilience in times of crisis - [DOC](#)

**DEUTSCHE BANK RESEARCH** - Impact of Covid-19 on the global economy: Beyond the abyss - [DOC](#)

**ECHO** - The COVID-19 Hackers Mind-set - [DOC](#)

**GOLDMAN SACHS** - Face Masks and GDP - [DOC](#)

**MICROSOFT** - The future of work—the good, the challenging & the unknown - [DOC](#)

**MORGAN STANLEY** - Will the Coronavirus Recession Be Shorter? - [DOC](#)

**NEUBERGER BERMAN** - Asset Allocation Committee Outlook 2Q2020: Contagion - [DOC](#)

**PIMCO** - Economic Outlook: From Hurting to Healing - [DOC](#)

**RACONTEUR** - How different ages invest - [DOC](#)

**RAYMOND JAMES** - Investment Strategy Quarterly - [DOC](#)

**THE ATLANTIC** - How Herd Immunity Happens - [DOC](#)

**UBS** - Monthly Spotlight - UBS House View - [DOC](#)

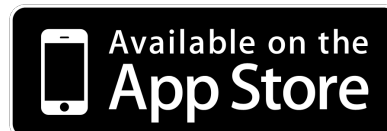
**VODAFONE** - The Vodafone Business Future Ready Report 2020 - [DOC](#)

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado  
Julho de 2020

O REGULATORY UPDATE é publicado pela AEM  
com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados

# APP AEM

## MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



**TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO**



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Discuss](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

# REGULATORY UPDATE

Julho 2020

AEM - Associação de Empresas Emitentes  
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito  
1200-092 Lisboa

Telefone: +351 21 820 49 70

Fax: +351 21 807 74 90

abel.ferreira@aem-portugal.com

www.emitentes.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.